

Daniel Vecchio

## Literatura Portuguesa de Viagens: pensar, viajar e escrever no século XVI

Graduando em História pela UFV  
E-mail: danielvecchioalves@hotmail.com

**Resumo:** Este artigo é composto de um debate sobre algumas das obras escritas que fizeram parte de uma verdadeira produção de textos provenientes do ambiente das descobertas e das navegações portuguesas durante o século XVI. São relações, relatos, diários, roteiros, épicos, diálogos e sátiras que constituem este acervo riquíssimo e que hoje são raramente estudados e divulgados pelas instituições de ensino. Suas potencialidades e contribuições para os estudos da epistemologia, antropologia, literatura, história e até mesmo para os estudos interdisciplinares, são indiscutíveis. O artigo ainda aproveita o espaço para reservar uma breve parte aos estudos científicos e categóricos acerca da Literatura de Viagens, analisando algumas das tentativas já realizadas de estudo das mesmas produções envolvidas no contexto histórico destacado.

**Palavras-Chave:** Literatura de Viagem, História dos Descobrimientos, Ciência Moderna

**Abstract:** This article consists in a discussion about some writings that are part of a real production from the portuguese discoveries and navigators in the sixteenth century. Such relations, reports, journals, scripts, epics, dialogues and skits that make this collection rich and which today are seldom studied and disseminated by educational institutions. Its potential contributions to the study of epistemology, anthropology, literature, history and even to interdisciplinary studies, are indisputable. The article also takes the space to allow a brief part for scientific study and categorical about the Travel Literature, examining some researches already undertaken about these productions involved in the historical context highlighted.

**Key-Words:** Literature of Travel, Discoveries History, Modern Science

Enviado em 25 de julho de 2010 e  
aprovado em 2 de outubro de 2010

## Literatura Portuguesa de Viagens: uma sugestão de análise

Os diversos relatos de viagem são, atualmente, relacionados, com frequência, dentro de um grupo único caracterizado através do tema da viagem. Há, de fato, em quase todos os autores que trabalham com os textos da história das viagens ultramarinas, a afinidade e solidariedade de pensar em um tipo de grupo que reúna essas obras entre si<sup>1</sup>: “‘livros de viagem’, ‘poesia das navegações’, ‘roteiros’, ‘narrativa de viagens’, ‘literatura náutica’, etc’” (CRISTÓVÃO, 2006: 22).

Com toda esta diversidade de classificações e ambiguidades, o que se percebe é que tem persistido a inexistência de uma proposta com vista a uma elaboração de uma crítica mais concisa que se comprometa em trabalhar, detalhadamente, os acervos de textos que sobreviveram até hoje, possibilitando, assim, um estudo mais denso e atento às convenções discursivas e ideológicas de cada um desses textos. Mas, não é o que ocorre com a presença da grande maioria desses termos.

A causa deste variadíssimo número de termos surge justamente daí, da abrangência temática ao qual acabam constituindo seus conceitos. O que mais ocorre, portanto, é que os textos daquela época são assimilados numa ampla escala histórica sob o significado do tema ‘viagem’. Sua significação parece prevalecer em termos de experiência, tanto na esfera externa (deslocação física), quanto na esfera interna de um indivíduo (considerando a formação de seu conhecimento teórico e prático adquirido durante a vida).

Neste sentido, a viagem pode fundamentar-se como uma condição de vida do homem, cuja representação literária se manifesta sob um caráter biográfico, em que o narrador descreve as iniciações de um dado personagem no mundo – embebido, normalmente, por um caráter pedagógico e moral - verificados em obras produzidas desde a antigüidade<sup>2</sup>. Sem dúvida nenhuma, esta viagem iniciatória é uma fonte muito especial da Literatura de Viagens por seu caráter pedagógico e moral. No entanto, este gênero não se reduz ao tema da viagem e nem detém seu monopólio.

---

1 Na literatura inglesa, por exemplo, pioneira na elaboração do conceito de “Literatura de Viagens” e na estruturação das suas primeiras e mais significativas coletâneas, a *The Concise Cambridge History of English Literature* de George Sampson, da Universidade de Cambridge, apelida de *sea-literature* os textos das primeiras aventuras marítimas de Richard Eden (1521-1576) até as compilações de Hakluyt e Purchas, e de *Literature of Travel* os livros profissionais e de literatura geográfica, comentando: *A literature of travel as distinguished from a literature of discovery began to grow*. E quando se refere aos textos escritos de 1700 a 1900 e anos seguintes já os apelida, sem hesitações, de *literature of travel* (University Press, 1970, p. 135). Nota retirada do livro *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens* de Fernando Cristóvão, p.23 e 24 (ver nota completa no referencial teórico).

2 Na interessante leitura de Hegel, *Caráter Geral da Poesia*, a poesia épica, por exemplo, nasceu do prazer de ouvir o relato de uma ação estranha de uma personagem, que se desenrola na forma de uma totalidade objetiva, completa, ante a consciência do ouvinte. Ver, também, “Romance de Viagens” em Bakhtin, *Estética da criação verbal* (Martins Fontes, 2006) : No romance de viagens a personagem é um ponto que se movimenta no espaço, ponto esse que não possui características essenciais nem se encontra por si mesmo no centro da atenção. Seu movimento no espaço são as viagens e, em partes, as aventuras que permitem ao viajante e artista desenvolver e mostrar a diversidade espacial e socioestática do mundo. Esse tipo de colocação da personagem e de construção do romance caracteriza o naturalismo antigo (Petrônio, Apuleio, Encólpio, Lúcio), p.205-206.

Não seria forçoso agrupar um número de obras que possuem um número enorme de características num único conjunto? Levanto esta pergunta devido ao fato de que o debate é bastante recente e difícil de construir. Uma das causas de sua dificuldade deve-se à abrangência do sentido deste agrupamento. Entretanto, sua consolidação é importante por diversos fatores. Começo por falar sobre as convergências e as confusões surgidas entre o tema da viagem iniciatória e o tema da Literatura de Viagens.

No interessante artigo intitulado *Da sedução à saudade literária: Literatura de Viagens na Belle Époque* (1996) de Sandra Nitrini, a terminação é usualmente recorrida para indicar textos escritos por viajantes brasileiros que estavam conhecendo a França no início do século XX. A autora pouco desenvolve a questão conceitual da Literatura de Viagens, chamando uma única vez a atenção para sua natureza e funções diversificadas: “Mesclam-se diferentes registros de discursos (desde cartas até planos e desenvolvimentos de peça em prosa, passando por narrativas e crônicas), expondo-se assim às claras a poética da fragmentação, própria da Literatura de Viagem ligada às impressões subjetivas do viajante” (NITRINI, 1996: 231).

No seu artigo, Nitrini considera que, no Brasil, o começo da configuração do gênero Literatura de Viagens localiza-se no início do século XX, época esta que marca os primeiros livros de viagem com autoria de escritores brasileiros. No texto a autora enfatiza a importância do fator da sedução e da saudade do viajante para a compreensão do ser brasileiro, caracterizando ideias e formas literárias no relato de viagem, destacando as obras de Tomás Lopes (1909) e Nestor Vitor (1911), obras que, segundo a autora, abordam a experiência do viajante brasileiro na cidade de Paris.

De modo algum queremos tirar o êxito do texto em destaque pela análise dos elementos literários causados pela influência da viagem, e que são identificados claramente no artigo da autora. Mas quero salientar que aqui o termo Literatura de Viagens será conceituado, antes de tudo, a partir de suas exclusividades formais e conteudísticas envoltas num determinado contexto histórico, evidenciando, deste modo, os textos que foram influenciados direta e indiretamente pelas causas da expansão marítima portuguesa.

No caso do artigo de Nitrini, o relacionamento com o tema da viagem se faz num tom mais introspectivo e turístico, sendo esta relação incerta e pouco importante em função da complexidade da mentalidade dos textos envolvidos no contexto histórico ultramarino europeu. No entanto, é importante salientar que a Literatura de Viagens carrega em seu conjunto uma grande herança que influenciou e influenciará muitos de nós e outras culturas por estes séculos adiante.

Também cabe agirmos de forma precavida e não nos precipitarmos em interpretar tudo dentro do tema ‘viagem’ apenas. Pois, com o turismo, por exemplo, todos podem ir a qualquer lugar do globo, muito bem; mas, mataram-nos a expectativa e a narração maravilhosa com o desencorajamento de narrar o que outros podiam observar com meios de comunicações mais ágeis. Diante destas alterações, fecha-se o ciclo de Literatura de Viagens para o início de outra realidade, em que prevalecem os guias turísticos e outros meios de comunicação.

Há muito tempo se tornou comum a Literatura de Viagens ser identificada com a expansão ultramarina partindo do século XV, data esta que continua a ser “perfeitamente aceitável, não só por ter atingido a plenitude da expressão deste tipo de texto,

intimamente ligados à mentalidade aberta do Renascimento e da Idade Moderna, mas, também, por entrarem na corrente cultural inaugurada pela descoberta da imprensa” (CRISTÓVÃO, 2006: 24-25) que contribuiu significativamente para proliferar a escrita e o público destes textos.

A imprensa e a conseqüente produção desses relatos causaram uma verdadeira transformação na transmissão das informações, no seu ordenamento em memórias várias, originando um tipo de literatura que se afastava, paulatinamente, do discurso oficial e da ideologia de estado, elaborados por autores não tão comprometidos com essas ideologias.

A produção portuguesa de textos no século XVI foi muito maior do que se pode presumir do pouco que se sabe sobre o assunto. Antonio Ribeiro dos Santos, na sua *Memoria para a Historia da typographia portugueza no seculo XVI*, dá notícia de trezentas e oitenta e tantas edições saídas dos prelos portugueses (NORONHA, 1874: 07). Entretanto, em Portugal, a Contra-Reforma, com a Inquisição, tentou abafar esta produção rica em pensamento crítico, cortando o ritmo do espírito moderno dos descobrimentos, sendo inevitável, desde então, a alteração do ritmo da livre criação e inovação escrita.

Foi somente no século XIX que encontramos em voga a publicação de relatos e críticas acerca dos descobrimentos e das navegações dos primeiros séculos de expansão ultramarina, reorganizadas em estudos científicos de história, cuja produção e publicação foram controladas pelo reino português que ajustava os interesses pelo tema dentro do enquadramento de representação histórica da busca pelo progresso, contribuindo, para este presente século, na formação do utopismo da modernização de Portugal<sup>3</sup>. Esta idealização acaba por se assentar no mito dos descobrimentos como gênese da ciência que modelou o progresso da civilização portuguesa em tempos passados:

Modernizar Portugal, recuperando o atraso em que ficara com a industrialização, o desenvolvimento científico e o novo Estado Liberal, por tanto inserir-se no progresso, fôra a diretriz mestra do século XIX: tratava-se de vencer a decadência que nos afligia desde o surto da expansão. Como o mito da decadência exigia e justificava a utopia do progresso e da modernização, atualmente este imperativo, de vencer um desafio, leva a buscar o passado português realizações que apontem para esse esforço de criação pela ciência e pela técnica (PINTO, 1989: 7).

O orgulho do feito nacional através da visão épica das navegações e das conquistas

---

3 A revelação da *Crônica da Guiné* de Zurara em 1841 representa o culminar deste movimento de recuperação épica da memória portuguesa, desde 1817 era publicada a *Carta* de Pêro Vaz de Caminha, em 1812, dava-se o primeiro texto em português do *Livro de todo o Oriente* de Duarte Barbosa; em 1833 e 1843 editavam-se os roteiros índicos de D. João de Castro; o *Tratado da Província do Brasil de Gândavo* saíra em 1826. Nota retirada do livro *A viagem: memória e espaço* (1989) de João Rocha Pinto, p 08. Ver também os estudos do historiador português Conde de Ficalho (1837-1903) ligados ao descobrimento de Portugal, como é o caso das *Viagens de Pêro da Covilhã*, publicadas em 1898, onde Ficalho relata a viagem do emissário de D. João II, entrosando-a com pormenores históricos importantes. Da obra ligada à sua especialidade maior, a botânica (num contexto histórico), destacam-se: a *Flora dos Lusíadas*, de 1880; *Memória da Malagueta* de 1883, que deveria ser o primeiro de muitos títulos da coleção *Plantas Úteis da África Portuguesa*, que infelizmente não continuaram; *Garcia de Orta e o seu Tempo* de 1886, que serviu de preparação aos dois volumes de *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, editados em 1891 e 1895.

predominou, durante gerações e gerações de cronistas, homens do mar e historiadores. Não queremos com este trecho dizer que as visões pessimistas em relação à realidade das descobertas não foram realizadas desde cedo, porém, foi somente mais tarde que caracterizações negativas à este respeito surgiram com intensidade neste acervo.

A maior parte destas obras é ainda hoje de leitura interessante pelo exotismo das regiões descritas, pelo imprevisível e arriscado das situações em se encontraram os protagonistas dessas viagens. Este grande número de publicações portuguesas durante o século XVI favoreceu para que no século XX surgissem variadas tentativas de organização tipológica, com vista a uma profunda e correta leitura desses textos. Os autores, editores e, mais tarde, os críticos, agruparam diversos textos em função, por exemplo, do destino geográfico das viagens, conforme se dirigiam à Ásia, à África ou à América<sup>4</sup>. Alguns os organizaram em função dos protagonistas das viagens: missionários, mercadores, marinheiros, soldados, embaixadores. Outros se propuseram reparti-los segundo descrições e localizações no tempo e no espaço. Outros identificam pela nacionalidade dos viajantes, outros por critérios temáticos e históricos<sup>5</sup>, tais como o da expansão ultramarina, da tragédia marítima<sup>6</sup> e do tema do mar<sup>7</sup>, etc.

Deixemos um pouco de lado esta preocupação em tipificar uma malha complexa de textos, para mergulharmos enfim em suas leituras, partindo da exclusividade de que cada texto daquela época é composto. Logicamente, as convenções discursivas e ideológicas são plausíveis de se relacionar entre os textos, no entanto, deixa-se a desmerecer uma verdadeira análise dos textos agrupados, perdendo toda a originalidade de sua composição diante do uso de termos e demais generalizações.

Tomemos a Literatura Portuguesa de Viagens apenas como um instrumento de apreensão, compreensão e representação da realidade complexa e em transformação quando se deparou o homem português letrado nos processos de descoberta e expansão aos quais se integrara. Uma leitura mais atenta sobre os textos que compõem as possíveis temáticas devem ser estabelecidas para uma melhor compreensão da construção textual do relato e do reconhecimento específico do seu momento histórico em que se situam.

Assim, sobre os barcos da Literatura de Viagens o olhar do crítico contemporâneo se reconhece no valor múltiplo e interdisciplinar desses textos que naquela época já convergiam os temas do discurso científico, religioso, nacionalista, artístico, ao ter por alicerce as bases cognitivas da experiência de uma viagem real ou imaginária.

Ao processo português de viagem no século XVI, associa-se a uma multiplicação

---

4 João de Barros, *Ásia*; Gaspar Correa, *Lendas das Índias*.

5 João Rocha Pinto, *A viagem, memória e espaço*; Fernando Alves Cristóvão, *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens: estudos e bibliografias* (ver nota completa no referencial teórico).

6 Bernardo Gomes de Brito, *História Trágico-Marítima*, Lisboa, Congregação do Oratório, Biblioteca da Ajuda, 1735-36; Carlos de Passos, *Navegação portuguesa dos séculos XVI e XVII: Naufrágios inéditos. Novos Subsídios para a História Trágico-Marítima de Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917, Biblioteca Nacional de Lisboa; Damião Peres, *Viagens e Naufrágios Célebres dos Séculos XVI, XVII e XVIII*, 4 vols, Porto, Tip. Alberto de Oliveira, 1938.

7 Abbé Antoine François Prévost, *Histoire Générale des Voyages ou Nouvelle Collection de Toutes les Relations de Voyages par Mer et par Terre qui ont été Publiés jusqu' à Présent dans les différentes Langues de Toutes les Nation Connues*, Paris, Didot, 1746.



da experiência humana no espaço pelo contato e relação com os outros. A verificação desta multiplicidade de conhecimentos que envolvem a produção dos relatos mais científicos requer que o crítico se compromesse em realizar, ao analisar os textos, um estudo de comparação interdisciplinar entre as áreas diferentes, tratadas pelos viajantes em diferentes graus de relação e integração ideológica e escrita.

Este estudo comparativo, no entanto, não desenvolverá aqui nenhum método específico, mas servirá de meio para executar o procedimento mental que favorece a construção do nosso pensamento e a organização de nossa cultura, criando raízes em nossos relativos tempo e espaço. Por fim, nesta rede interdisciplinar de conhecimentos que o tema nos predispõe, o objetivo é fazer dessas inter-relações um recurso analítico e interpretativo confluyente nos textos da Literatura Portuguesa de Viagens, cujas comparações permitam um tipo de estudo com uma base adequada nos respectivos campos de trabalho e de influência, não deixando de atuar nos específicos processos da história das descobertas portuguesas quando necessário.

O terreno é bastante escorregadio, e o importante, acima de tudo, é que se construa a segurança de uma análise bem apoiada no suporte do envolvimento temporal e ideológico desses textos, ultrapassando o limite categórico imposto à esses objetos de estudo, interpretando-os para além da categoria de uma obra técnica, roteiro, guia náutico ou livro de marinharia, visto que todas representam um modo de operar e pensar, o que faz dessas espécies tipológicas bastante suscetíveis à mudanças de pesquisa e leitura.

Para iniciarmos o estudo sobre os textos provenientes das descobertas e seus impactos na cultura portuguesa do século XVI, vale a pena esclarecer, sucintamente, dois pontos importantes. Primeiro, é preciso salientar que os descobrimentos são obra, por igual, de portugueses e espanhóis. Foram os feitos de Cristóvão Colombo e Vasco da Gama que despontaram como duas das extraordinárias realizações humanas no Renascimento Cultural, aproximando culturas e civilizações de continentes antes inatingíveis e desconhecidos.

Em segundo lugar, sobre as descobertas na cultura do século XVI, vale a pena esclarecer, antes de tudo, que não devemos submeter os méritos evento dos descobrimentos marítimos como causa ou contraponto do humanismo e vice-versa. Pois, “a evolução da cultura e das ciências na Europa, em qualquer aspecto que a consideremos, não foi, de facto, nos séculos XVI e XVII, o resultado de um único fator, mas o efeito da confluência de vários elementos, posto que nalguns casos com o predomínio de um deles” (DIAS, 1982: 10-11).

### **Humanismo, Experiência e Ciência Experimental**

Por humanismo no século XVI quero significar a força de se preocupar, sobretudo, com os textos. Os humanistas foram eruditos, no aspecto científico, mantendo-se, de um modo geral, desligados dos lados técnicos e práticos do saber.

Numa perspectiva livresca, estes humanistas, para estudar a geometria, foram compreender Euclides; para fazer um atlas geográfico, prepararam uma edição de Ptolomeu; e para construir os saberes medicinais, buscaram-se os ensinamentos de Hipócrates e Galeno. O interesse pelo conhecimento era evidenciado, portanto, pelas preferências do humanismo literário. Sustentavam-se dos ideais, esquemas e processos da ciência co-

mentarística e livresca, sem lugar para grandes dúvidas e transformações em relação ao conteúdo das autoridades do conhecimento humano:

Os tratadistas conseguiram difundir, na medida do possível, o humanismo vulgar e a escolástica mais pura. Os processos de análise e concepção da filosofia natural que se deparam nos comentários dos jesuítas à Física, assemelham-se de perto aos processos dos autores escolásticos. Manifesta-se, nuns e noutros, a mesma problemática especulativa, a mesma prevalência da idéia de causa sobre a idéia de relação funcional, o mesmo processo expositivo de disputa entre opiniões, a mesma timidez em corrigir a sentença dos filósofos com o ensinamento dos práticos, a mesma carência de construção doutrinal a partir da observação (DIAS, 1982: 38).

Os descobrimentos não devem ser postos em paralelo com o humanismo e o surto das belas-artes, na formação da cultura moderna. São acontecimentos de tipos muito distintos. Enquanto o humanismo era constituído por um movimento intelectual de superação de um esquema dado de valores de pensamento, as descobertas, por sua vez, são fundamentalmente momentos de acréscimo de vitalidade e de espírito ativista no nível específico do Renascimento Cultural.

Mas, foi ainda sob a influência do viés das produções humanistas de partir da base dos conhecimentos e da autoridade dos antigos (Aristóteles, Plínio, Hipócrates, Galeno, Ptolomeu, Santo Agostinho etc), que, no Renascimento, os primeiros navegadores descreveram as terras recém descobertas. Nesta perspectiva, podemos verificar um caso especial dos primeiros viajantes ocidentais daquela época, geralmente grandes devotos do cristianismo, missionários ou cavaleiros de Cristo, que se atentavam em descrever de modo diabólico os símbolos ritualísticos orientais.

Assim, estes símbolos acabaram por ser representados, na maioria das vezes, como seres malignos e monstruosos, deformados e estranhos, os quais possuíam fora das redondezas da Europa Ocidental os seus medonhos *habitat*. Para além das fronteiras, então, só haveria a existência desses monstruosos símbolos que tinham, sobretudo, vivacidade e compreensão na imaginação fértil de grandes sábios que os descreviam:

Vivem os pigmeus, homens com dois côvados de altura, que se dedicam à caça dos grou. Esta gente tem três anos de gestação e morre aos oito anos de vida... Encontram-se também nessas regiões os macróbios, homens de doze côvados que combatem os grifos... Há ainda os agrates e os bramanes que, por amor, se lançam no fogo. Vêm-se, igualmente, bárbaros que matam os pais já velhos e os comem: quem se recusa à prática deste costume é por eles considerado ímpio. Outros comem o peixe cru e bebem a água salgada do mar. Certos monstros humanos têm os pés no sentido de diante para trás e com oito dedos; outros têm cabeças de cão e peles de besta, ladrando como os cães. Há mulheres, nessas paragens, que procriam uma só vez, e os filhos, brancos à nascença, tornam-se negros na velhice, a qual aliás não ultrapassa a duração de um estio. Outras há porém que engravidam cinco vezes, mas cujos filhos não vivem mais de oito anos. Há homens com

um só olho, chamados arimaspos, e cinocéfalos chamados ciclopes. Tendo apenas um pé, correm no entanto com a velocidade da brisa, e quando se sentam no chão abrigam-se do sol levantando a planta do pé. Outros, acéfalos, tem os olhos nos ombros; a modo de nariz e de boca, têm dois buracos no peito; e tal como o de algumas bestas, o seu corpo é coberto de pêlo comprido. Perto do lugar onde nasce o Ganges, há homens que vivem apenas de odor de um determinado fruto, o qual por isso mesmo levam consigo quando viajam; se acaso cheiram um mau odor, morrem logo<sup>8</sup> (DIAS, 1982: 151-152).

Neste trecho do cardeal francês Pierre D'Ailly (1350-1420) de 1410, por exemplo, percebe-se que a noção de unidade do gênero humano tinha um conteúdo cultural geográfico limitado. Na Península Ibérica, havia esta antropologia fantasista certa tradição. É o que nos mostra, também, as palavras do cartaginense Santo Isodoro de Sevilha (560-636) através de seu *Ethymologiae*, compendio de vinte livros que constituem os conhecimentos da época sobre artes e ciências, para ser ensinado na escola fundada por Leandro, bispo de Sevilha e seu irmão. Esta obra era muito utilizada nas bibliotecas ibéricas da Idade Média:

Assim como, em cada nação, há certos monstros de homem, assim no universo há certos povos de monstros, tais o dos gigantes, os cinocéfalos, os ciclopes, etc. Os gigantes... dizem que foi a terra, com a sua mole imensa, que os gerou... Alguns, imperitos nas Sagradas Escrituras, asseveram falsamente que os anjos prevaricadores travaram conhecimento com as filhas dos homens antes do dilúvio e daí nasceram os gigantes...<sup>9</sup> (DIAS, 1982: 153).

A expansão portuguesa para além das ilhas atlânticas desmoronou estas limitações lendárias, dando lugar a horizontes mais empíricos. Verifica-se que não somente havia homens nas partes longínquas do globo, mas que os homens destas partes eram fisicamente semelhantes aos cristãos ocidentais. Expandiu-se desde então a ideia de que o homem, em natureza, era um só por todo lugar. No entanto, esta nova noção de humanidade criava como base a ideia de que a unidade na espécie não excluía a variedade na raça do ser humano.

Uma sensação vaga e frágil de superioridade, mal interiorizada e mal avaliada, mas apesar de tudo justificável, surge engendrada pela consciência muito recentemente adquirida no risco, na aventura do domínio e apropriação de novos mundos, de revoltos mares, e pelo aperfeiçoamento de técnicas avançadas, inevitavelmente indissociável da vertigem dos espaços, do movimento desencravador das economias e do dinamismo próprio de uma civilização em movimento, apercebida do advento de uma nova era marcada pela travessia da superfície inóspita do mar-oceano... Tudo isto leva o europeu, e, antes de todos,

8 Pierre D'Ailly, *Imago Mundi*, redigido por volta de 1410, retirado do livro de João Sebastião Dias.

9 Santo Isodoro de Sevilha, *Ethymologiae*, ANO, citado por João Sebastião Dias, pg. 153.



o português, a protagonizar um papel de triunfador dos espaços que aferia o seu poder real pela desmesura quase inacreditável do feito... (PINTO, 1989: 65).

É importante salientar que não foi de imediato que a produção humanista assumiu as novas ópticas que os descobrimentos passaram a evidenciar frente aos valores tradicionais do conhecimento difundido até então. Pois, os descobrimentos são apenas um entre os vários fatores que contribuíram para a formação das características da renascente cultura moderna. Dos viajantes letrados, sobressaiu de início o deslumbramento patriótico e mundano, seguido, posteriormente, por uma reação científica e uma reação de pessimismo moral.

Não é certo afirmar que os exploradores e missionários portugueses eram homens de cultura superior ou de formação acadêmica regular, e menos ainda naturalistas. Mas, também, não pretendo negar, a partir da produção textual desses primeiros viajantes, uma ruptura cultural existente no setor da inteligência do homem renascentista. “No exercício da observação das coisas emergiu uma consciência intelectual, intuitiva e prática, que, não raro, afetava a cultura teórica humanista” (DIAS, 1982: 53). Em referência à este conhecimento evocado pelas descobertas marítimas, não se tratou, ao longo de todo seu curso, apenas de coleta de dados espontâneos, mas, também, de conhecimentos construídos sob novas perspectivas do pensamento humano.

Primeiramente, a grande maioria desses marinheiros que escreveu seus relatos e diários de bordo, limitou-se a coleccionar notícias interessantes ao rei, ao piloto ou aos mercadores. As narrativas enfatizavam os assuntos que diziam respeito às riquezas materiais de cada terra, às crenças religiosas de interesse do missionarismo cristão e o poder militar de cada povo, apontando, desta maneira sistemática e formalizada - à estilo de relatório - as maiores chances e facilidades de invasão e dominação dos povos e seus territórios.

Assim encontramos no recém achado diário<sup>10</sup> do português Álvaro Velho (séculos XV-XVI) da esquadra de Vasco da Gama, marinheiro que relatou a viagem realizada de Portugal à Calicute, Índia, em 1497. No final de seu breve diário, o autor organiza uma lista de todas as cidades visitadas com uma série de números e categorias que indicam a religião, a riqueza material e o poder bélico dos povos, destacando sempre as maiores recompensas e facilidades ou dificuldades que contribuiriam para o planeamento da bélica conquista ultramarina portuguesa.

Outro reino: Caell, o qual tem o rrey mouro e a gente he xrstã e esta de Calecut por mar dez dias; este rrey poderá ajuntar quatro mjll ho-

---

10 Durante os três séculos e meio seguintes ao retorno de Vasco da Gama a Lisboa, as únicas fontes históricas relativas à descoberta da Índia eram livros escritos pelos cronistas oficiais do reino: João de Barros Damião de Góis, Pero Lopes de Castanheda e Gaspar Correa. Em 1834, porém, o professor de matemática Diogo Kopke e o professor de botânica Antônio da Costa Paiva, ambos da Academia Politécnica do Porto, descobriram na gaveta número 804 dos empoeirados arquivos da Biblioteca daquela cidade, este manuscrito de Álvaro Velho que, de imediato, perceberam ter sido redigido no século XVI - Nota retirada da Introdução escrita por Eduardo Bueno na edição *O descobrimento das Índias: o diário da viagem de Vasco da Gama* (Objetiva, 1998) (ver nota completa no referencial teórico).

mens de peleja e cem alifantes de guerra; aquy há mujtas perllas.  
 Outro reino: Chomandarla he de xrstãoos e o Rey xrstãoo; este pode-  
 ra ajuntar cem mjll homens; aquy há mujta lacra e vall duas farazalas  
 hũ cruzado: e asy tem mujto pano dalgodam. (VELHO,1998: 140)

Em contraponto, esta sistemática informação dos diários acabava por dificultar que a reportagem da experiência das navegações pudesse se aprofundar em outras formas de expressão e conhecimento. Estas relações ordenadas de dados ocorre também no diário do viajante português Duarte Barbosa (?-1521) intitulada *Livro que dá relação do que viu e ouviu no Oriente* de 1518:

Meté: Em tanto que dobram este cabo de Guardafui para dentro, contra o mar Roxo, esta logo muito perto um lugar de Mouros que chamam Meté pequeno. Há nele muitas carnes. Não é de muito trato.

Dalaca: Indo mais ao diante passando este lugar ao longo da costa, está outro de mouros que chamam Dalaca, que tamém é perto de mar e donde se mais servem os abexins da terra do Preste João. Neste lugar derredor dele há muita soma de mantimento e muito ouro que vem do Preste. (BARBOSA, 1946: 34-36).

Outro texto que se enquadra nesta sistematização de informações concretas básicas, no sentido de cumprir no seu diário de bordo todas as informações que cabiam ao reinado português tomar nota, é o relato de Antonio Tenreiro, Cavaleiro de Cristo que viajara a pé por muitas cidades ao longo da Pérsia e da Tartária. Este viajante português nos serve como um bom exemplo de um explorador que ordenou seu diário a partir de informações que experienciou ou comprovou de alguma outra maneira, colocando em xeque as antigas lendas que compunham a história dos respectivos locais por onde passava:

Capítulo XXI - Como parti da cidade de Tabriz, e de algumas coisas do caminho:

E logo ao outro dia caminhamos duas jornadas e chegamos a uma aldeia grande, que é habitada de cristãos, Franges da nossa mesma lei e costume. São gentes alvas como nós, vivem por lavouras e criações de gados. Toda esta comarca da terra é habitada destas duas nações de cristãos, e alguns poucos mouros persianos. É terra muito fria no Inverno e de serras muito altas que correm para a banda do norte, onde me disseram que estava a arca de Noé, e me amostraram a serra e a arca, que tudo estava coberto de neve. Eu não vi outra coisa salvo neve, ainda que comigo aporfiavam que olhasse bem, e que a veria clara; mas eu não vi mais. E por ir um pouco mal disposto dos olhos não podia bem olhar. Assim me disseram os cristãos daquela aldeia que era verdade, que à dita serra subiam cristãos, clérigos e religiosos, e que traziam paus da dita arca e sinais dela (TENREIRO, 1980: 58).

No trecho acima, o viajante nos apresenta a cidade onde se diz estar localizado os

restos da Arca de Noé. Em sua observação, Tenreiro identifica o quanto que o dito não condiz com suas vistas, verificando a impossibilidade de se afirmar tal coisa. Tenreiro se aproxima das passagens lendárias como nas viagens maravilhosas de Marco Polo do século XII, no entanto, as lendas são investigadas por Tenreiro e não representadas como a história verdadeira, conforme colocado por Marco Polo em seus relatos. Associando ao seu relato uma descrição mais realista, sempre apoiado em fatos *a priori*, o viajante português realiza uma descrição de acordo com os limites que a observação direta dos objetos predispõe à sua vista, no intuito de concretizar um itinerário submetido à forma da verdade experimentada.

O texto de Tenreiro se caracteriza, principalmente, pela divisão e organização sistemática das informações das terras que apresenta em cada capítulo e pelo método descritivo de alto nível experimental que realiza sobre essas regiões. Descreve-se, sistematicamente em cada capítulo de seu *Itinerário* (1529), as regiões e os povos observados através das respectivas vestimentas, armas de guerra, religiões, alimentação, costumes dos reis, habitações populares, riquezas e pobreza materiais.

Percebemos até aqui que há, de fato, um relativo contraste entre os processos e ideais culturais dos homens de gabinete e os dos homens do mar ligados às atividades práticas da vida ultramarina. Avançando para além desta prática de escrever aquilo que foi observado na experiência vivida num dado local, gradativamente, alguns relatos começaram a se destacar pela realização de uma sistematização mais densa da experiência, que a observação da natureza mais realista prouve ao intelectual e aventureiro ser capaz de registrar. Este avanço contribuiu, de certa maneira, para a formação de diversos campos do conhecimento que surgiram com o advento da cultura científica ocidental: são os casos da astronomia, da geografia, da história, da engenharia e das ciências naturais<sup>11</sup>, por exemplo.

Entretanto, não é justo transformar os descobrimentos e navegações na revolução científica que consistiu na formação da álgebra e da geometria analítica, na mecânica de Galileu, no sistema do mundo de Copérnico e Kepler, na anatomia de Vesalius e Amato Lusitano ou na metodologia cartesiana. No entanto, essas revoluções não teriam sido possíveis sem as mudanças de mentalidade e de conduta que forjaram a expansão oceânica e nela se forjaram. As viagens, sobretudo marítimas e, também, as terrestres, sob as novas relações de escala mundial construídas, foram realizadas e tecidas com a ferramenta mental que foi, aos poucos, sendo aprimorada: a escrita, raciocínio gráfico dos viajantes, foi um das ferramentas mais destacadas por servir de meio para se pensar nas tentativas de reorganização das experiências e dos novos saberes adquiridos, traduzindo as novas maneiras de pensar, sentir e operar.

Assim, alguns portugueses e espanhóis influenciados pelas correntes científicas da época se preocuparam em levar e trazer, dos continentes que descobriam objetos, plantas, animais e minerais como amostras das terras estranhas por onde percorriam. Com uma nova e exuberante realidade ao alcance, os eruditos, que antes só observavam os objetos dos gabinetes de antigüidades isoladas do contexto, mudaram aos poucos o seu ponto de vista e os critérios de valorização da natureza.

As plantas, os animais e os minerais passaram a ocupar, então, um espaço mais

---

11 Para saber mais a fundo sobre o desenvolvimento de cada uma dessas áreas ver *Da história-Crônica à História-Ciência* de Joaquim Barradas de Carvalho (Livros Horizonte Ltda., 1972).

significativo nos relatos, assimilando verdadeiras pesquisas dos objetos da natureza através de suas próprias características apresentadas em seus locais de origem. Há nestes relatos uma assimilação muito maior do espaço experimentado, baseando-se num número considerável de elementos diferentes para compor a descrição realista do espaço alcançado, sem a necessidade da natureza ser referida a um símbolo ou a uma autoridade antiga e espiritual.

Nestes relatos que vão se apegando a um cunho mais científico na produção de informações, um olhar mais descritivo começa a se sobrepor, comedido e desmedido, intensificado pela dinâmica dos descobrimentos, empolando, progressivamente, a produção de textos que se sustentam numa abordagem cognitiva múltipla para constituir a máxima realidade espacial que a narrativa podia oferecer. Por esta influência, criou-se um novo modelo descritivo, resultante da adaptação e ampliação às novas percepções intelectuais: a descrição científica, amparada pelo *de situ*, para descrever a natureza em termos realistas, adquirindo, assim, um conhecimento mais palpável sobre os outros lugares (CRISTÓVÃO, 2006, 208).

Se o modo de observar se torna mais científico, também a linguagem se torna mais denotativa. Não foi perdida totalmente a atitude de maravilhamento, mas, num grande número de relatos a partir da virada deste século XVI, foi-se, aos poucos, perdendo o encanto que a metáfora possuía, assumindo os textos, cada vez mais, a forma de tratados ou de relatórios científicos para públicos cada vez mais especialistas. Nesta perspectiva, as narrativas sobre os acontecimentos da expedição de alguns viajantes concentraram-se nas descrições específicas sobre os objetos da natureza, incluindo os estudos sobre os costumes do homem: intensificam-se os estudos sobre a fauna, a flora, a geografia, a história das descobertas e, também, os estudos dos tipos antropológicos.

O homem no Renascimento foi excessivo, tanto para o bem, quanto para o mal. O conhecimento se estruturava a partir de um campo vasto, formado de conhecimentos destinados a criar eruditos. Por começar a apresentar, sucintamente, algumas das obras que seguiram os passos do desenvolvimento da ciência experimental que se filiam ao grande movimento de viagens e descobrimentos dos portugueses, relevamos a obra intitulada *Esmeraldo de Situ Orbis* (sua possível redação é situada entre 1505 e 1508) escrita pelo viajante Duarte Pacheco Pereira (1460-1533), cavaleiro da casa d'El-Rei D. João II e cosmógrafo mor do reino português.

Nesta obra encontramos a preocupação deste viajante mencionado com relação às suspeitas informações dadas pelos viajantes e pensadores mais antigos. Esta obra de Pacheco se destaca por apresentar os conflitos entre as observações *in locus* por ele realizada com as informações dadas por antigas autoridades do conhecimento resgatadas pelos humanistas de sua época. Duarte Pacheco contrasta o conhecimento obtido por ele nas suas viagens às regiões tropicais contra as informações dadas no *Tratado de Geografia*<sup>12</sup> (150 d.C.), por exemplo, que foi escrito, anteriormente, por Cláudio Ptolomeu, astrônomo grego do século II, que, por sua vez, também se preocupou em descrever as mesmas regiões tropicais que Duarte Pacheco percorreu.

A concretização de sua experiência é representada por uma linguagem prosaica

---

12 Publicado e traduzido por Pedro Nunes (cosmógrafo-mor do reinado de D. João III) em 1537.

não tão concisa e metrificada quanto o conhecimento que deseja adquirir. Sua obra é composta de um variado número de elementos que vão desde as informações geográficas, técnicas de navegação, até as narrativas de passagens históricas cujos traços se ligam bastante às crônicas medievais: “Porque os escritores que daquelas partes falaram, escreveram delas tantas fábulas. Ptolomeu escreve, na pintura das suas antigas tábuas da cosmografia, o Mar Índico ser assim uma lagoa / apartado por muito espaço do nosso mar Oceano Ocidental, que pela Etiópia Meridional passa.” (PEREIRA, 1991: 440).

Duarte Pacheco revela-se um devoto do conhecimento proveniente da experiência. Esta devoção devia-se, sobretudo as manifestações de falsas descrições que as “fábulas” das antigas autoridades que o viajante português desconsiderava como verdade empírica. Com o desenvolvimento desses contrastes é que, aos poucos, tornou-se comum no século XVI registrar um sentimento de superioridade dos navegantes em relação aos humanistas que preservavam o conhecimento dos antigos sem os questionar. Entretanto isto não é motivo para romper de vez uma leitura que se atente para os laços iminentes que o humanismo e a experiência das navegações apresentaram. Segue este exemplo as obras que demonstraram que o conhecimento científico podia e devia partir da conciliação e do mútuo desenvolvimento entre os exercícios teóricos e práticos do saber.

Verifica-se, também, uma relação mútua entre os humanistas e os viajantes através das *Cartas e Roteiros* de D. João de Castro (1500-1548), vice-rei da Índia. Suas cartas foram enviadas ao rei D. João III, e nelas se destaca um espírito de investigação e interesse científico que levava este viajante sempre a tentar descobrir a razão das coisas. Seus esclarecimentos sobre as aplicações das teorias e instrumentos criados pelo cosmógrafo mor do reinado de D. João III, Pedro Nunes (1502-1578), já citado aqui, não deixam dúvidas quanto à existência de uma poderosa troca de diferentes horizontes de saberes, seja ela teórica ou prática, a realidade é que ambas estavam sendo modeladas pela nova cultura científica europeia: “... trarei aqui as razões que de uma parte e outra tenho compreendido e alcançado com o instrumento de sombras inventado pelo Dr. Pedro Nunes..., pelo que será justo darmos fé a instrumento de tamanha autoridade, e o que por ele se achar haver de ser o certo”<sup>13</sup> (FRAGA, 1976: 69-70).

Pedro Nunes foi, sobretudo, um matemático e um cosmógrafo de gabinete. No seu *Tratado da Esfera*, publicado sob o alvará de D. João III no ano de 1537, Pedro Nunes traduziu do latim para o português os saberes de Ptolomeu (séc. II), do cosmógrafo inglês João Sacrobosco (séc. XIII), além de outros dois breves tratados escritos por ele próprio sobre os problemas e as dúvidas de navegação levantadas por Martim Afonso de Souza em suas viagens<sup>14</sup>. Após estudar, apresentar e solucionar os casos, ele explica: “satisfiz eu a estas dúvidas por palavra o melhor que pude; e todavia determinei de escrever o que nisso me pareceu, porque se não perdesse meu trabalho em cousa que, segundo eu estimo, é a principal parte para quem deseja saber como se há-de navegar por arte e por razão” (NUNES, 1537: 4-5).

Portanto, encontramos na relação dessas duas figuras marcantes da história por-

---

13 O trecho de D. João de Castro, *Roteiro de Goa a Suez*, foi retirado da obra de Maria Tereza de Fraga, pp. 69-70.

14 Os dois tratados de Pedro Nunes, que se encontram dentro do *Tratado da Esfera*, se intitulam *Tratado em Defensam da Carta de Marear* e *Tratado de certas dúvidas de navegação* (1537).



tuguesa um passo à frente em relação ao avanço para uma busca mais sistematizada do saber científico, partindo da combinação da prática com a teoria, da visão com a palavra, ou seja, da arte com a razão. Neste sentido, não devemos analisar o humanismo e a experiência das navegações como dois fatos isolados, mas, sim, através da maneira como se colaboraram através do exemplo de D. João de Castro, que passa a obter novos resultados acerca da aplicação das teorias de Pedro Nunes sobre as artes de navegar, unindo, sob a mesma razão da natureza, o homem, os experimentos e os cálculos científicos na construção do conhecimento.

Neste diálogo entre humanismo e experiência que se baseia numa abordagem múltipla de saberes no entorno de um determinado espaço, é interessante observar na curiosíssima obra *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, publicada pela primeira vez em Goa no ano de 1563, escrita pelo viajante e médico português Garcia de Orta. Percebe-se nesta obra o quanto a linha do pensamento moderno se manifesta, provocando o envolvimento de uma interpretação mais cética em relação a verdadeira cientificidade, mesclado com uma perspectiva universal de uma cultura científica baconiana, interessada amplamente nas observações universais da existência humana.

Sem a preocupação retórica de obter uma linguagem ornada e bela em sua obra, Garcia de Orta revela seu cepticismo e sua dúvida metódica diante de Ruano, docente de medicina de uma universidade ibérica da qual Orta era proveniente. Nos diálogos entre esses dois médicos, Orta demonstrava maior conhecimento e habilidade de discussão em relação à Ruano e à outros filósofos e viajantes, em virtude de suas viagens à costa indiana, experiência que aqueles não possuíram de fato. Como um Sócrates, Orta afirmava seu desconhecimento sobre algo que deduzia estar errado: “Dizem tantas cousas incertas deste animal (a propósito do Unicórnio), que, por não as saber bem, não as queria contar; porque as pessoas que mas contam, não as contam como testemunhas de vista”<sup>15</sup> (PINA, 1959: 13).

Ademais, Garcia de Orta era seguro na defesa da verdade. Ele procurava as plantas, observava-as, descrevia-as de modo conciso e não descuidava do lado prático do seu emprego. Quando não podia experimentar, procurava boas testemunhas para construir os fatos necessários para uma boa interpretação científica: “E porque nam cuideis que ha alguma pouca quantidade delle em Judéa e Palestina, vos digo que faley com Mouros e Judeos, e que o compravão pera o levarem pera sua terra por mercadoria; logo não he de crer que o comprassem pera Palestina, se lá ouvesse outro melhor, como dizeis” (ORTA, 1891: 105).

Aquí e ali, no diálogo com outros homens, junto de seus doentes, de outros homens práticos como os navegantes e os comerciantes, coletava informações sobre drogas e substâncias das quais “suspeitava a existência”, não se precipitando na crença das informações dadas nos livros dos grandes tratadistas da antiguidade (PINA, 1959: 15). Nos seus *Colóquios* a estrutura dialogal favorece uma narrativa menos sistemática que se encontra nos tratados e nos diários anteriores. O diálogo permite que seja expresso de forma mais aberta e espontânea o novo conhecimento que se pretende construir.

Pouco se sabe acerca da vida de Garcia da Orta. Nascido por volta de 1500, Orta

---

15 Garcia de Orta, *Colóquios do Simples e Drogas e Cousas Mediciniais da Índia*, pg. 379, vol. II, citado por Luis de Pina, pg. 13.



estudou medicina nas Universidades de Salamanca e Alcalá de Henares. Em 1534 parte rumo ao Oriente na esquadra de seu “amigo de infância”, o navegador Martim Afonso de Souza (FICALHO, 1983: 35). Em seu livro, Garcia de Orta não deixa de expor a confiante e valorosa contribuição que a experiência interocênica fornecida pelas navegações lhe proporcionou: “Não me ponhais medo com Dioscorides, nem Galeno; porque não ey de dizer senão a verdade e o que sey...” (ORTA, 1891: 105).

Conde de Ficalho, historiador português do século XIX e um dos maiores estudiosos da obra de Garcia de Orta, ao falar da obra e do autor em destaque, revela: “O que dá ao livro de Orta uma feição particular é a sua natureza de especialista; e, dentro da especialidade, a sua qualidade de erudito. Onde os outros apenas observam, com melhor ou pior critério naturalista, ele esclarecia as suas observações à luz de uma erudição vasta e segura”. Mais adiante ele acrescenta: “Entre os viajantes era um erudito; entre os eruditos era um viajante. Dos que viram, diferenciava-se pelo que tinha lido, dos que leram, pelo que tinha visto” (FICALHO, 1983: 22-23). Orta duvida, mas procura certezas. Suspeita das autoridades, sempre explicando o porquê das coisas. Volta-se, constantemente, às fontes humanistas, emendando sua experiência nas informações falsas, procurando, deste modo, iluminar uma verdade experimental.

A coluna vertebral de sua obra são as matérias de botânica oriental. Para isso Orta destaca que explicar as plantas por si só não é o suficiente para fornecer um verdadeiro estudo de botânica. Para o desenvolvimento destes estudos, Orta sugere uma expressão construída pela base de diversos campos do conhecimento, adquirindo assim diferentes e encadeadas informações sobre um determinado objeto da natureza. Portanto, para o estudo de uma planta o médico português valoriza a interpretação humana da natureza, tentando entender, deste modo, como os homens faziam uso e enxergam o funcionamento dela: “e mais vy qua usar a um fisico gentio do gran Soldão Badur, rey de Cambaya, por mézinha familiar e benedicta, tomando talhadas das folhas da *herba-babosa* cozida com sal dentro nellas, e deste cozimento dava a beber oito onças...” (ORTA, 29: 1891). Talvez a proposta de Orta abra um curioso campo da Etno-Botânica, falando não só das plantas, mas das experiências que os homens e sua história construíram no entorno delas, pois, a história das plantas também é a história dos homens.

É através do diálogo com o outro que os *Colóquios* de Garcia da Orta nos revelam o significativo valor que possui as plantas e os costumes medicinais orientais, por exemplo, valorizando com recursos narrativos da ironia a atrasada realidade das frágeis universidades ocidentais que ainda constituíam no ensino o aprendizado dos tratados antigos embasados no *organum* aristotélico, descobrindo a natureza não por experiência, mas através de métodos de dedução e indução, armazenando, por isso, um punhado de informações lendárias e sem base empírica para responder sobre outras realidades.

Por isso, algo interessante para o leitor contemporâneo que entra em contato com estes colóquios é atentar para uma análise da potência interdisciplinar que Garcia de Orta constrói ao aliar a matéria botânica às diversas questões culturais e intelectuais como a edificação de uma História Natural mais densa, partindo do entendimento experimental de conhecer os costumes, as crenças e os climas ambientais, para melhor construir o conhecimento científico das plantas que na época não tinham um sistema de classificação conciso, muito menos qualquer estrutura que possibilitasse algum tipo de estudo fisiológico em que permitiria o médico entrar mais a fundo nas suas pesquisas biológicas.

Contudo, a ponte estabelecida entre essa documentação de relatos científicos fi-

liados às descobertas com os tratados científico-acadêmicos sobre experimentalismo, está justamente no interesse de ambos no resgate de uma lógica universal que se fundamentasse enquanto princípio gerador do conhecimento da natureza.

Este ideal de uma lei experimental universal já era estudado por Rogério Bacon (1214?-1268) desde o século XIII. O frade franciscano destacava a importância que se devia reservar à observação e à experiência, isto é, à constatação de fatos externos que poderiam provar opiniões e teses firmadas na realidade. Em *A ciência experimental* (1251) declara que essa observação em si não basta, ela deve ser ordenada e acompanhada pela matemática e geometria, porque são elas, sem dúvida, que “formulam as leis e os princípios que conduzem à explicação racional dos fatos e das coisas do mundo” (BACON, 2006: 33).

Nesse sentido, o frade já trilhava nos caminhos que, séculos depois, Francis Bacon (1561-1626), no seu *Novum Organum* (1620), trilhou mais a fundo, criticando a filosofia anterior por sua esterilidade em relação à escassez de resultados práticos para a vida do homem. Francis Bacon desejou que a ciência servisse à humanidade, mais especificamente na sua luta permanente com a natureza, deixando de ser ela concebida simplesmente como contemplação de uma ordem de coisas eternas e perfeitas, supostamente criadas por alguma divindade.

Nascia, aos poucos, uma cultura científica baseada na razão, libertando-se daquilo que Francis Bacon chama de “ídolos” e noções falsas (BACON, 1999: 66). Estava lançado, assim, o espírito da cultura moderna, baseado no princípio de desocultação e do livre exame. Será também neste quadro de atitude desassombrada que emerge a crítica ao princípio da autoridade, bem como a reclamação da autonomia crescente da ciência perante os domínios da fé.

Com base neste embate é que a obra do médico e filósofo português Francisco Sanches (1550?-1623), intitulada *Que nada se sabe*, de 1581, alerta que nem a autoridade dos homens, nem a autoridade da fé jamais podem definir o espírito da ciência, porque “os homens são falíveis, não podendo o conhecimento estagnar nas suas ilusões de saber absoluto e fechado em sistemas, enquanto que no caso da fé, sua base consiste no domínio da crença, sendo a da ciência é o da verificação experimental” (SANCHES, 1999: 85). Para esse pensador português, portanto, a ciência é filha de um espírito livre do exercício do engenho impelido pela dúvida metódica, que se assume como expressão da dinâmica de um “não-saber”, sem pretender chegar à definição concreta dedutiva como intencionada pela radicalismo cartesiano.

Para Sanches, o conhecimento perfeito, seria aquele da natureza intuitiva, pois traduziria uma perfeita adequação entre o sujeito cognoscente e a coisa conhecida. Tal adequação, a ser possível, implicaria na desnecessidade da radical perfeição das qualidades do corpo e do espírito. Assim, ele ressalta que a imperfeição humana e a complexidade da natureza nos incapacitam para a ciência perfeita. Sanches já apontava isso nos aforismos de Hipócrates que diziam respeito à incompleta sabedoria provinda mesmo das observações mais realistas, firmando que nada se sabe, pois, partindo que das observações seguem-se as suposições para fechar a interpretação que gera o conhecimento final, toda a ciência é uma ficção, possuindo o limite de apenas supor uma definição. Para Sanches, supor não é saber, mas fingir, e, por isso, acrescenta que de suposições nascerão ficções, e não ciência.

O surgimento desse debate situa-se na conquista decisiva do sentido crítico que

o espírito científico tomava o pensamento humano ocidental nesta época. Verifica-se, então, uma linha de metamorfoses que se processou no campo da inteligência humana que levou a pôr em causa os saberes teóricos tradicionais, os processos de análise e os seus critérios de certeza. O experimentalismo só se despontou quando a experiência primária da crítica já tinha preparado seu campo de atuação e se empenhava a fundo na construção de um novo espaço mais significativo para seu desenvolvimento. “Neste contexto histórico, encontramos uma teoria da experiência nas escolas de Paris, Oxford e Pádua, e encontramos-la depois nos cientistas italianos e alemães ainda na época do Renascimento” (DIAS, 1982: 112).

### **Antropologia e Paródia**

O que é mais interessante no século XVI é a facilidade com que se percebe uma gradativa mudança de tom e inflexão que evidencia os textos escritos, construídos sob uma prontidão em voltar-se contra si mesmo para questionar e negar tudo o que foi dito antes e transformar a si mesmo em um largo espectro de vozes harmônicas e dissonantes.

Assim, no decorrer das viagens e de certo amadurecimento dessas empresas marítimas, eis que surgem ainda no século XVI, mesmo em números bem razoáveis, relatos que tentaram trabalhar as questões culturais que favoreceram à uma abertura representativa para o início dos estudos da antropologia.

Com as coisas, os viajantes encontraram também os homens, e tal contato fez manifestar as diferenças de civilização, costumes e crenças em relação à mentalidade ocidental da época. Já apontava Geertz, nos seus estudos contemporâneos de antropologia, que “a mente não é algo hermético” e sempre está passível de transformações (GEERTZ, 2008: 41). É esta uma das mais profundas lições que a viagem pôde oferecer à estes viajantes: tempo para aprender sobre eles mesmos, sendo capaz de verificar do quanto são capazes de se apropriar dos valores culturais e dominar, violentamente, outros grupos desconhecidos.

Portanto, cabe afirmar que certas mudanças já ocorreram nas primeiras décadas do século XVI, quando surgiram obras que foram se tornando capazes de evidenciar os problemas não só científicos, mas, também sócio-culturais problemas estes intensificados pela experiência das viagens ao Oriente, resultando numa nova maneira de pensar do homem renascentista, em que o eu descobre o Oriente. Tudo isso resulta numa nova maneira de se pensar o outro.

A alteridade cultural será um tema constante desde o momento em que as relações humanas começam a ocorrer com a crescente viragem global antropológica, pois o encontro de populações antes distanciadas “nunca mais atingirá tal intensidade, se é que esta é a palavra adequada. O século XVI veria perpetrar-se o maior genocídio da história da humanidade. Mas, não é unicamente por ser um encontro extremo, e exemplar, que a descoberta é essencial para nós, hoje” (TODOROV, 1983: 06).

Em trabalho clássico, Anthony Pagden analisa as mudanças que afetaram a compreensão das sociedades humanas desde o século XVI, que passou de uma psicologia individualista a uma sociologia ética baseada na observação empírica, o que resultou num “maior relativismo antropológico” (PAGDEN, 1995: 107). Do contato com o exótico,

surgiu um alargamento do conceito homem-outro, centrado na compreensão da natureza do homem através da diferença sócio-cultural em evidência.

Assim, uma reação pessimista ao que parece, na metade do século XVI, se sobre pôs, crescentemente, ao sentimento de progresso proveniente das experiências proporcionadas pelas empresas ultramarinas. O ser de “peito ilustre lusitano”, passou a ser relativizado, confundindo-se com as lamentações do “Velho do Restelo”. O Oriente passava assumir as proporções de um crescente desengano. A glória da ação dos portugueses no mundo sucumbiu diante do espetáculo da decadência ultramarina. As comparações entre as diferenças permitiram ao viajante enxergar o homem ocidental sob o mesmo patamar da natureza dos outros homens. Não havia mais milagre, riqueza, verdade ou sorte.

Os naufrágios, as doenças, as traições, as adversidades e sofrimentos de toda a ordem expuseram o confronto entre a morte do próximo com o risco da própria sobrevivência. Os apuros econômicos e políticos do reino, o abandono das praças, a decadência do império com o assalto das possessões ultramarinas pelos holandeses, ingleses e franceses dissipou as ilusões da grande potência lusitana.

Luís de Camões (?-1580), que não deixou de percorrer os mares e continentes que foram palcos dessa decadência marítima portuguesa, canta a partida da esquadra portuguesa de Vasco da Gama em *Os Lusíadas*, publicado em 1572, exaltando não só a tristeza de todos em função da partida dos marinheiros, mas mostra o descontentamento de um velho já experiente dos percursos da vida e que se lamentava com o envio da esquadra, manifestando o espírito cruel de mandar portugueses à Índia por vã cobiça:

94

Mas um velho de aspecto venerando,  
(...)  
Com um saber só de experiências feito,  
Tais palavras tirou do experto peito:

95

- Ó glória de mandar! Ó vã cobiça  
Desta vaidade a quem chamamos fama!  
Ó fraudulento gosto que se atixa  
Com uma aura popular que honra se chama!  
Que castigo tamanho e que justiça  
Fazes no peito vão que muito te ama!  
Que mortes, que perigos, que tormentas,  
Que crueldades neles experimentas!

99

Já que nesta gostosa vaidade  
Tanto enlevas a leve fantasia,  
Puseste nome esforço e valentia,  
Já que prezas em tanta quantidade  
O desprezo da vida, que devia  
De ser sempre estimada, pois que já  
Temeu tanto perdê-la quem a dá.

104

(...),  
Mísera sorte! Estranha condição!

(CAMÕES, 2002: 139-141)

Apesar da estrutura épica, este trecho acima apresenta a partida da viagem através de um teor mais crítico, pois, a experiência de uma viagem não foi, na maioria das vezes, um resultado positivo e pacífico em detrimento do terrível contato ocorrido entre os homens estrangeiros desde então. A experiência suficiente para despertar uma noção de respeito ao valor do outro, não é algo materialmente pronto de imediato para ser construído e aplicado. Esta capacidade de relativizar que pode ser despertado no viajante, respeitando outras culturas e deixando de impor seus desejos e valores como meta e verdade absoluta, é um processo que requer muita paciência, experiência e história por parte do viajante.

A dificuldade aumentava com a inserção do viajante já dentro de um sistema de relações hierárquicas corruptas, deterioradas não só pelo desrespeito e pela destruição das cidades conquistadas, mas também pela destruição do próprio povo que, de saque em saque, perdia sua honra e dignidade diante da cobiça prevista pelo Velho do Restelo desde que as primeiras naus partiram de Portugal.

Esta será umas das principais características do surgimento do espírito moderno: o diálogo e/ou a representação narrativa de outra voz que contrasta e diversifica a voz, a escrita e a ideologia normatizada sob os preceitos morais do reino. Nesta perspectiva realista, em apresentar as outras características da colonização, seu lado negativo associado à ideologia nacional, também vale a pena citar *O Soldado Prático* de Diogo do Couto (1542-1616), publicado em 1556. Nesta obra, as múltiplas ideologias se confundem através das vozes dissonantes que carregam o registro de uma realidade muito mais degradante do que àquela que se costuma registrar. Fazem do espaço que ocupam um lugar mais dramático em função da participação efetiva na narrativa de uma voz que contraria as vozes que cumprem as versões históricas oficiais do reino.

Assim é caracterizada a cansada voz do *Soldado Prático* (1556) de Diogo do Couto (1542-1616), que expressa a dor e o terror da realidade portuguesa no processo de colonização através de diálogos que realiza com o despachante do vice-reino e com ex vice-rei da Índia, cujos nomes não são mencionados. O velho soldado português, destaca sua experiência de lhe dar com a vã cobiça enraizada nesses homens itinerantes. Admite ao despachante que para colher esta visão crítica foi preciso, ao longo de sua vida, a experiência de ver pelo oriente as corrupções e outras malvadezas que realizavam seus superiores. Esta experiência o levou a exaltar o homem prático diante dos homens de gabinete, os quais não conheciam a realidade e achavam que tudo corria maravilhosamente sem injustiças.

O soldado prático favorece, desta maneira, à verdadeira realidade imputada no ponto de vista de um homem prático, ou seja, de um homem “viajado”, experiente, determinado a expressar os verdadeiros ângulos das situações que havia vivenciado:

Soldado: “Assim é, Senhor, e daí vem os reis não serem sabedores de muitas cousas importantes ao bom governo de seu reino, assim polas não verem, porque não pode ser verem tudo, como polas não praticarem com quem as tratou, viu e apalpou; porque o que mais falta aos reis é quem lhe fale verdade nestas cousas” (COUTO, 1954, 15-16).

Soldado: Pola boca dos pequenos descobre Deus muitas vezes grandes segredos, que encobriu aos grandes e sabedores. Aí não há mais alta filosofia que a verdade. Esta, dita pola boca de um tão pequeno como eu, faz os mesmos efeitos que houvera de fazer sendo pronunciada pola dos sabedores da terra; e neste negócio não me fundo mais que na verdade; que ela é a que dá fala a mudos e ensina os ignorantes; e por isso irei com as matérias por diante (COUTO, 1954: 68)

O discurso se caracteriza por um tom de desabafo do velho soldado. O timbre do soldado de Couto soa como uma artilharia de argumentos contra a desonra cristã dos portugueses do alto escalão, por se comportarem sob cruas verdades contra os estrangeiros e contra a própria base do povo português em expansão no Oriente.

O duplo emprego de Diogo do Couto como guarda-mor e cronista era uma tarefa muito absorvente e até muito arriscada. O trabalho de passar e repassar arquivos oficiais do vice-reino da Índia criava constantes conflitos e inimizades, pois, a nível documental, todos queria parecer o que não eram, e Couto, como era um homem rígido e honesto, preocupava-se em dar cada verdade à seu dono. Por isso, seu gosto de escrever a história era envenenado por muitos desgostos que tinha com soldados e capitães, por fazer verdade, evidenciando as falsidades, os abusos e as perplexidades das certidões.

Se o ofício de tabelião das escrituras lhe criava muitos inimigos, o de cronista dos feitos do Oriente não menos, pelo choque que causou a linha austera da sua história. Alguns contatos primordiais salvariam Couto de ser demitido dos cargos que ocupou. Para dar idéia das inimizades que criava com os capitães do reino, seu *Soldado Prático*, que escreveu ainda em tempos de D. Sebastião, foi furtado antes de tê-lo aperfeiçoado.

O diálogo se submete à tarefa da correlação e da descoberta mútua das linguagens e das vozes que por elas se expressam. No século XVI, o diálogo se tornou uma forma escrita bastante recorrente de se construir o debate de variados temas, possibilitando a reorganização das idéias antes prevalecidas e o desmascaramento das linguagens sociais e das ideologias vigentes, experimentando outras palavras e outras visões de mundo.

Em muitas dessas obras, os diálogos se integram como tema organizacional explícito, num texto esquematizado de acordo com uma peça de teatro, composta de personagens que se comunicam entre si. Porém, esta integração ocorre em níveis diferentes de dramatização do discurso. A estilização da paródia, por exemplo, que foi se manifestando gradativamente como forma de expressão e de denúncia ideológica através dos textos<sup>16</sup>, representa um diálogo, uma língua e uma voz diferente que é pensada, pesada e intencionalmente integrada a narração do escritor, superando o estranhamento através do domínio literário das representações destas línguas e vozes estranhas e tornando explícito a simples e frágil estrutura da linguagem direta, impura e não elaborada do autor

---

16 Assim formulada, essa exigência é, com efeito, imanente à idéia do gênero romanesco, que determinou a evolução criativa da variante mais importante do grande romance da Idade Moderna, a começar por Dom Quixote. [...]. Na base da exigência de que o romance deva conter a plenitude das linguagens sociais da época, encontra-se uma percepção correta da essência do plurilinguismo romanesco. Toda linguagem só se revela em sua originalidade quando é correlacionada a todas as outras línguas integradas numa mesma unidade contraditória do devir social. Nota retirada de Mikhail Bakhtin, *Questões de estética e literatura*, p.201 (ver nota completa no referencial teórico).



da narrativa.

Nesta representação literária moderna da paródia, portanto, estão inseridas os diálogos integrados entre diferentes línguas e vozes que se contrariam e se anulam em função dos graves perigos e desapontamentos que a realidade palpável das coisas causavam à alguns intelectuais. Este é o ambiente de *Peregrinação* (1614) escrita pelo viajante português Fernão Mendes Pinto (1510?-1584?). Sua viagem geográfica está marcada por toda parte do Extremo Oriente, sua narrativa, no entanto, registra suas viagens de modo a dialogar e revestir sua narrativa de outras roupagens ideológicas.

Fernão Mendes Pinto utiliza a paródia para manifestar a crua realidade que experimentou nas viagens, mostrando-nos a frota portuguesa sendo recebida à homens de bundas amostras, como exemplo dos momentos de desprezo dos quais os portugueses eram frequentemente recebidos naquelas partes. Uma paródia que vem mostrar que a realidade é justamente aquela voz que parece ser engraçada ou brincalhona, mas, que na realidade não é:

[...] parece que conhecendo que eramos Portugueses, a quem não tinham boa vontade, nos mostrarão de cima do chapiteo, fallado com pouca cortesia, o trafeyro de hum cafe, & fobre iffo com muytos tangeres de trombetas & tambores & finos derão hũa grande grita & apupada a modo de desprezo & ecarneo, como na verdade então fazião de nós, de que Antonio de Faria fe moftrou affaz afrontado (PINTO, 1614: 225).

Um relato parodiado que coloca em xeque tudo aquilo que não fora dito antes por aqueles viajantes intelectuais que fundamentavam seus trabalhos em puras observações empiricamente reais, nos quais tantas outras verdades deixaram de ser consideradas. Seu preconceito e seu desconhecimento andam constantemente ao seu lado, como dois tripulantes de seu grande barco expressivo. Estes dois fatores são praticamente a causa do espanto por qual Mendes Pinto tanto presencia. Seu contato com uma realidade mais tensa resulta numa paródia evocada por ele para explicar esta espantosa realidade por qual se deparou, diferente daquela realidade imputada pelos heróis registrados durante toda cronística oficial produzida sob o controle do reino português.

Misturando-se às carnificinas dos eventos rituais, aos naufrágios e temporais provindos da fúria misteriosa da natureza e aos perigos da própria fala e do próprio comportamento, Mendes Pinto, viajante lírico e aventureiro épico, se arrisca em sensibilizar-se o suficiente para sentir e julgar o próprio jeito português decadente de ser e colonizar, dando nos a impressão de uma realidade ridícula, cheia de ganância, roubos, imoralidades da qual ele mesmo ajudou a construir.

Fernão Mendes Pinto proporciona aos leitores, uma sátira composta de viagens cheias de aventuras e desventuras do começo ao fim. Isso faz da *Peregrinação*, publicada postumamente em 1614, parecer ser, nos quinhentos, uma das narrativas mais arrojadas em termos literário e antropológico.

Das contradições dos elogios seguidos de saques realizados pelos mesmos heróis do descobrimento, Mendes Pinto retira sua sátira, preenchida do seu próprio reconhecimento enquanto português, viajante e saqueador - “Nascida de hũa certa vaidade

que a nossa nação Portuguesa tem consigo, a que não sei dar outra razão se não ter por natureza ser mal sofrida nas cousas da honra...” (PINTO, 1614: 135). Raramente ele é honesto no sentido da expressão, porém, vale ressaltar que seus artifícios satíricos são um aspecto dentre os vários da sua diversificada obra-prima. *Peregrinação* tem afinidades literárias “com os profetas bíblicos da Antiguidade que anteviram o reino de Deus na Terra, com as viagens imaginárias dos tempos clássicos, com as peças teatrais chamadas moralidades da Idade Média, com as crônicas dos Descobrimentos e com a literatura utopista do Renascimento” (CAATZ, 1981: 07).

Sua utopia é fundada na teologia judaico-cristã, que ensina que a benevolência de Deus é o único caminho para a feliz convivência humana. Isso não quer dizer que devamos reduzir sua obra ao mero caráter religioso ou utópico, muito pelo contrário, pois, tanto a religião quanto as utopias descritas e imaginadas servem à moldura satírica de seu texto como ideologias completamente contraditórias em relação às vontades do homem.

Fernão Mendes Pinto preocupava-se sobretudo com os portugueses, cuja missão de conquistar e converter foi, na sua perspectiva, um ideal falso. Assim se fez sua missão de evidenciar o problema e apontar as necessidades de reformas sociais, dedicando a obra à seus filhos e indicando-a como uma contribuição do conhecimento proveniente de quem viajou, observou e aprendeu pelas afastadas “pestanas do mundo”.

A narração de Mendes Pinto é livre de interesses metódicos e materiais. Escrita depois de ter vivida a experiência da viagem, este peregrino entrega-se deslumbradamente ao ato de ver, do qual nunca se cansa. Para ele os objetos de caça que os viajantes ocidentais tanto procuravam, ao sustentarem a ideia de riqueza fácil e imediata não eram considerados as únicas atrações do Oriente desconhecido. Parte de sua atração situava-se em todas as coisas que o envolviam, levando sua visão à realidade das outras populações que o cercavam, recorrendo a uma descrição detalhada no sentido de buscar compreendê-las.

Com essas coisas distantes pelas quais tanto anseia, ele se “espanta”, se admira e se esforça para identificá-las em seu conjunto. Tudo atrai o seu olhar, por mais preconceituoso que seja, admite a impossibilidade de não espantar-se, de não interpretar seja a ideia que for, chegando ao ponto de não ter mais palavras para descrever o que não conhece, o que estranha, seja homem, seja coisa ou bicho:

Com dez ou doze sacerdotes se chegava a aquelles bemaventurados ou malaventurados que jazião mortos; & ajuntando os pedaços & as cabeças & as tripas com tudo o mais q aly estava daquelles desaventurados corpos em hũas bandejas muyto grandes o mostravão ao povo de cima do mais alto sobrado do carro onde hia o ídolo, dizendo num tom muyto sentido, rogay peccadores todos a Deos que vos faça dignos de serdes santos como este q agora morreo em sacrificio de cheyro suave, a q todo o povo prostrado cos rostos no chão com hũa espantosa grita respondia, assi esperamos no deos de mil deoses que seja. (...) E desta maneyra foy passando esta espantosa procissão por mais de cem ruas que para isso estavão feitas, enramadas de palmeyras & com sebes de murta, com muytos estandartes e bandeyras de seda... (PINTO, 1614: 197-198).

Neste interessante trecho percebe-se o espanto do viajante em não reconhecer e estranhar as passagens rituais que por ele foi narrada como uma verdadeira carnificina, assimilando na sua descrição uma diversidade mundana tão excessiva de elementos em relação aos costumes ocidentais que, quanto mais se olha, mais incompreensível ela se torna. Fernão Mendes Pinto revela a dificuldade de descrever junto aos limites do entendimento do outro: “... he muyto para fe arreçar contar, ao menos a gente q vio pouco do mundo...” (PINTO, 1614: 14).

Acredito que nenhum viajante desta época tenha conseguido escapar destes choques. O espanto, portanto, funciona como uma demonstração da alteridade cultural, no sentido de que resulta da aproximação de elos partidos e perdidos, que apaziguam e compreendem sua relação em interpretações sobre desejos ancestrais como a chegada de deuses ou o descobrimento do paraíso. Em qualquer narrativa de viagem, o medir, pesar e comparar são funções básicas fundamentais, pois, trata-se, além de tudo, de aproximar o que era antes distante, de modo que essa nova e estranha realidade ganhe um contorno de credibilidade e compreensão.

### **Considerações Finais**

Por fim, entre tantos fatores culturais e científicos que bebiam os viajantes da época dos quinhentos, concluímos este breve artigo expondo a importância do estudo da temática geral sobre ciência e cultura no século XVI, pois, tanto no campo da Literatura quanto no campo da História tem se tornado escasso a produção de críticas direcionadas para a produção deste contexto. Além disso, diante das perspectivas científicas com que convivemos atualmente nas academias, com as separações físicas e substanciais dos inúmeros departamentos de ciência especializados em seus campos do saber, as mentalidades modernas de outrora podem ainda contribuir muito para o aprofundamento teórico e prático das discussões que tangem as nossas concepções científicas.

Com base no argumento de Marshall Berman, as mentalidades modernas do passado podem devolver-nos o sentido de nossas próprias raízes, podendo nos auxiliar a conectar nossas vidas às de milhares de indivíduos que vivem a centenas de milhas, em sociedades radicalmente distintas da nossa. Seguindo os passos do poeta e crítico mexicano Octavio Paz, lamentamos que a modernidade tenha sido cortada do passado e tenha de ir continuamente saltando para frente, num ritmo vertiginoso que não nos permite deitar raízes, que a obriga meramente sobreviver de um dia para o outro, tornando a modernidade incapaz de retornar às suas origens para, então, nos possibilitar recuperar nossos poderes de renovação (BERMAN, 1982: 34).

Portanto, estar aberto a novas possibilidades de experiência e aventura é estar aterrizado pelo abismo do qual tantas das aventuras modernas conduzem no percurso de criar algo real, ainda quando tudo em volta se desfaz. Pode acontecer então que voltar atrás seja uma maneira de seguir adiante e lembrar as mentalidades modernas do século XVI, que talvez nos dêem visão e coragem para enfrentarmos o nosso complexo século XXI. Esse ato de lembrar pode ajudar-nos a levar o pensamento moderno para a constituição de nossas raízes, sempre balanceando com as lições do passado, para que possamos, então, nos nutrir, nos renovar e preparar o terreno para enfrentar as aventuras dos abismos e

demais perigos que estão por vir.

### Bibliografia:

- BACON, Rogerio. A ciência experimental. In: *Obras Escolhidas*. Tradução de Jan G. ter Reegen, Luis A. De Boni e Orlando A. Bernardi. Porto Alegre: Editora Univer-sitária São Francisco, 2006 (1251).
- BACON, Francis. *Novum Organum ou Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. Tradução e notas de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Nova Cultural, 1999 (1620).
- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de estética e literatura: a teoria do romance*. 3ª edição. Tradução de Aurora Fornoni Bernadini. São Paulo: Editora Unesp, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. 4ª edição. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARBOSA, Duarte. *Livro que dá relação do que viu e ouviu no Oriente*. Introdução e notas de Augusto Reis Machado. Lisboa: Biblioteca Agência Geral das Colônias, 1946 (1518).
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. São Paulo: Nova Cultural, 2002 (1572).
- CAATZ, Rebecca. *Fernão Mendes Pinto: sátira e anti-cruzada na "Peregrinação"*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981.
- CORREA, Gaspar. *Lendas da Índia*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858 (1561-63). Microfilmado pela Biblioteca Nacional de Lisboa. Acessado em Janeiro de 2009 no endereço <http://www.bnd.bn.pt>.
- COUTO, Diogo do. *O Soldado Prático*. 2ª ed. Texto restituído, prefácio e notas pelo prof.º M. Rodrigues Lapa. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1954 (1602).
- CRISTÓVÃO, Fernando (coord.). *Condicionantes culturais da Literatura de Viagens*. Coimbra, Almedina, 2002.
- DIAS, J. S. da Silva. *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.
- FICALHO, Conde de. *Garcia da Orta e o seu tempo*. Introdução de Nuno de Sampaio. Lisboa: Temas Portugueses, 1983. FRAGA, Maria Tereza de. *Humanismo e Experimentalismo na Cultura do Século XVI*. Lisboa: Ed. Almedina, 1976.

- FRAGA, Maria Tereza de. *Humanismo e Experimentalismo na Cultura do Século XVI*. Lisboa: Ed. Almedina, 1976.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. 13ª reimpressão. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- NITRINI, Sandra. Da sedução à saudade literária: Literatura de viagens na Belle Époque. In: *Revista Literatura e Sociedade*. São Paulo: USP / FFLCH, DTLLC, 1996.
- NUNES, Pedro. *Tratado da Esfera com a teoria do sol e da lua. E do primeiro livro da geographia de Claudio Ptolomeu Alexandrino. E tem dous tratados q o mesmo Doutor fez sobre a carta de marear. Em os quaes se deccrãõ todas as principaes duvidas de navegação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, (1537).
- ORTA, Garcia de. *Colóquios dos Simples, e Drogas he Cousas Medicinaiis da India*. Lisboa: Edição Publicada pela Academia Real das Sciencias de Lisboa; Dirigida e anotada pelo Conde de Ficalho, Imprensa Nacional, 1891 (1563).
- PAGDEN, Anthony. Expansion and Preservation. In: *Lords of all the world: ideologies of Empire in Spain, Britain and France (1500-1800)*. London: Yale University Press; New Haven, 1995.
- PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de situ orbis*. Joaquim Barradas de Carvalho (org.). Fundação Calouste Gulbenkian, 1991 (1505-1508).
- PINA, Luis de. *Garcia de Orta e a Verdade*. Separata de *O Médico*, 1959. N.º 383.
- PINTO, Fernão Mendes. *Peregrinação*. Lisboa: Pedro Crasbecck, 1614 (1570-78). Microfilmado pela Biblioteca Nacional de Lisboa. Acessado em Março de 2009 no endereço <http://www.bnd.bn.pt>.
- PINTO, João Rocha. *A viagem: memória e espaço. A Literatura Portuguesa de Viagens. Os primitivos relatos de viagem ao Índica (1497-1550)*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1989.
- SANCHES, Francisco. Que nada se sabe. In: *Obra Filosófica*. Tradução de Giacinto Manupella, Basílio de Vasconcelos, Miguel Pinto de Meneses. Lisboa: INCM, 1999.
- TENREIRO, António. *Itinerário em que se contem como da Índia veio por terra a este reinos de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980 (1560).
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Tradução de Beatriz Perone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

VELHO, Álvaro. *O descobrimento das Índias: o diário da viagem de Vasco da Gama*. Trad. de Ângela Ritzel; Introdução, notas e comentários finais de Eduardo Bueno. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998 (1497)